



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

20
R
199

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
AGRAVO REGIMENTAL N. 0195479-4/01
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADA: RAQUEL DANTAS DE CARVALHO
RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

5522

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA - PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM, DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - REJEITADAS - MÉRITO - A AUTORIDADE COATORA NÃO OBSERVOU O EDITAL, HAJA VISTA QUE A CONVOCAÇÃO DA IMPETRANTE PARA A EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA NA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO, OU SEJA, NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO, DEVERIA TER SIDO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO E, TAMBÉM, NO SÍTIO ELETRÔNICO DA FGV - AO QUE CONSTA, ESSA ÚLTIMA PROVIDÊNCIA NÃO FOI ADOTADA - CONSIDERADA A FACILIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES POR MEIO DA INTERNET, E ESSE FOI, SEM DÚVIDA, O PRINCIPAL ESCOPO DA REGRA DO EDITAL EM DESTAQUE, NÃO TENDO A DISPOSIÇÃO SIDO OBSERVADA EM SUA COMPLETUDE, À QUAL A ADMINISTRAÇÃO ESTAVA VINCULADA, GEROU PREJUÍZO À IMPETRANTE, QUE NÃO TOMOU CONHECIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A MATRÍCULA - AGRAVO DESPROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam, de ausência de interesse de agir e de inadequação da via eleita e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Julgamento ocorrido em 13-01-2010.

Recife, 1º de fevereiro de 2010.

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator e Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

21

R.

198

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

AGRAVO REGIMENTAL N. 0195479-4/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADA: RAQUEL DANTAS DE CARVALHO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental, interposto pelo Estado de Pernambuco, contra decisão proferida nos autos do apenso mandado de segurança, a qual ostenta a seguinte redação:

"Cuida-se do mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por RAQUEL DANTAS DE CARVALHO contra ato praticado pelo Exmo. Sr. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, consistente em publicação de edital de convocação suplementar de candidatos aprovados em concurso público para provimento de diversos cargos, entre eles o de analista em gestão administrativa.

Buscando seja declarada a ofensa a seu direito líquido e certo, sustenta a impetrante (fls. 02/16), em síntese, que o ato ora impugnado prejudicou-lhe flagrantemente, na medida em que, após ter sido aprovada na primeira fase do concurso para o cargo de analista em gestão administrativa, terminou não se matriculando no curso de formação (previsto como segunda etapa), pois não tomou conhecimento da convocação, uma vez que a mesma foi publicada apenas no Diário Oficial do Estado, com malferimento às regras estabelecidas no edital de abertura do concurso. Diz que, nos termos do edital (item 16.6), a convocação deveria ter sido publicada tanto do Diário Oficial do Estado quanto no site da Fundação Getúlio Vargas. Argumenta, ademais, que, por não residir neste Estado, confiou que, na eventualidade de ser convocada para a segunda etapa (possibilidade que considerava bastante remota, já que havia sido especificada a quantidade de candidatos aprovados que seriam chamados para essa fase – 330, e estava ela na 369ª posição), o edital respectivo seria divulgado no referido site, o que a levou, em razão disso, a consultá-lo, para acompanhar os

procedimentos que estavam sendo adotados pela comissão do concurso, sem ler diariamente o Diário Oficial. Defende, assim, ter havido ofensa aos princípios da publicidade e da vinculação ao edital. Daí, postula a medida liminar, a fim de se autorizar o seu ingresso no curso de formação no estado em que se encontra, ou, alternativamente, na hipótese de não mais haver essa possibilidade (o curso termina em 19-08-2009), permitir a realização de todos os exames relativos a cada módulo do concurso, podendo, com isso, suas notas serem avaliadas e verificada a sua aprovação em definitivo no certame, e, ao final, a concessão da ordem, com reserva de vaga. Junta os documentos de fls. 18/69.

É o relatório. Decido.

Analisando a impetração, vislumbro presentes os requisitos previstos no art. 7º, III, da Lei n. 12.016/2009, quais sejam, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido inicial e o perigo de que do ato impugnado resulte a ineficácia da medida, caso seja deferida somente ao final.

O edital é a lei do concurso público, de sorte que as suas regras vinculam tanto os candidatos quanto a própria Administração.

No caso em apreço, depreende-se dos autos que a impetrante foi convocada - convocação suplementar - para efetivar matrícula na segunda etapa do concurso para provimento do cargo de analista em gestão administrativa (Edital n. 8 - SAD/2009, de 07-07-09, fls. 49/66). E o edital inicial (Edital n. 1 - SAD, de 19-12-08), foi claro ao dispor que **"O Edital de convocação, a ser publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e disponibilizado no endereço <http://concurso.fgv.br/sadpe>, estabelecerá o prazo para matrícula e obedecerá ao interesse e conveniência da Administração, que fixará prioridades para o desenvolvimento da Etapa."** (fl. 35). (Grifei).

Da simples leitura, portanto, do instrumento convocatório, verifica-se que houve violação a direito líquido e certo da impetrante, que preenchia as exigências para realizar a segunda etapa do concurso - programa de formação, mas que não atendeu à convocação em razão do não conhecimento dela, publicada apenas no Diário Oficial do Estado.

A autoridade apontada como coatora descumpriu as regras do edital, não observando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

23
R
200

De se anotar que tal ato possui natureza vinculada, não havendo espaço para a discricionariedade. O Administrador Público somente aplica critérios de conveniência e de oportunidade para iniciar o certame. Iniciado este, as decisões passam a ser vinculadas às regras prescritas.

Em suma, denota-se o não atendimento ao edital, o qual deve ser tido como a lei do concurso, daí decorrendo o princípio da vinculação. O edital e a observância a ele se firma na necessidade de cumprimento do interesse público, com a preservação da igualdade entre os competidores do certame.

Assim, tenho por bem deferir a liminar pleiteada, de modo a assegurar à impetrante a efetuação de todos os exames relativos a cada módulo do concurso. O outro pedido alternativo, dado que o programa de formação terminou em 19-08-09, perdeu o objeto.

Notifique-se a autoridade impetrada para cumprimento desta decisão e para que sejam prestadas as informações necessárias, no prazo de 10 (dez) dias.

Dê-se ciência à Procuradoria Geral do Estado, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para, querendo, ingressar no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

A impetrante deve emendar a inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecendo o endereço dos litisconsortes passivos (os convocados para o programa de formação com colocação inferior à sua), sob pena de revogação da liminar e de indeferimento da inicial.

Cumprido pela impetrante o acima determinado, no prazo fixado, cite-se os litisconsortes com as formalidades legais.

Após, vista dos autos à Procuradoria de Justiça.

P. I."

Em suas razões (fls. 02/09), o Estado de Pernambuco suscita, em preliminar, a ilegitimidade passiva do Sr. Secretário de Administração para responder à ação; a ausência de interesse de agir da agravada; bem como a inadequação da via eleita, por ausência de prova pré-constituída. No mérito, sustenta que inexistente o direito líquido e certo a ser tutelado, pois pretende a

24
R.
201

impetrante é ter nova chance de se matricular no curso de formação, muito embora já tenha sido apresentada em edital do certame e previamente conhecido por ela. Argumenta que a impetrante, conforme reconhecido e confessado em sua peça inicial, havia sido reprovada inicialmente, tornando-se aprovada após medidas judiciais de anulação de questões, o que enseja que deveria ter tido maior diligência quanto ao respeito aos prazos estabelecidos. Outrossim, o só fato de ela não ter impugnado a data para a matrícula no curso de formação já preconiza que não teria o que contestar. Assevera, ainda, que a candidata foi impossibilitada de participar do curso de formação por não ter realizado a necessária matrícula, não observando o cronograma disponibilizado aos aprovados, o que demonstra a falta de diligência de sua parte. Destaca, por fim, que não há qualquer prova de violação às regras editalícias. Daí, requer sejam os autos encaminhados a julgamento, a fim de ser o agravo provido pelo Colegiado.

É o relatório.

A votação.

Recife, 13 de Janeiro de 2010.


Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

2º GRUPO DE CÂMARAS CIVEIS

AGRAVO REGIMENTAL N. 0195479-4/01

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADA: RAQUEL DANTAS DE CAFIVALHO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores Desembargadores,
Senhor (a) Procurador (a).

Passo a analisar as preliminares.

Da ilegitimidade passiva *ad causam*

O recorrente defende que não socorre legitimidade ao Sr. Secretário de Administração do Estado para figurar no pólo passivo da presente relação processual, pois a responsável pela realização do concurso e sua homologação é a Fundação Getúlio Vargas, enquanto executora do respectivo concurso.

Ocorre, no entanto, que a autoridade apontada como coatora, além de ser a subscritora do edital em destaque, tem competência para dar cumprimento a eventual concessão da ordem e, por isso mesmo, é parte legitimada para figurar no pólo passivo da presente ação.

Voto para afastar a preliminar.

É como voto.

Recife,

13 de Janeiro de 2010
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

25
R.

202

Da ausência de interesse de agir

Afirma o Estado, ainda, que "não há interesse de agir da parte autora, porquanto já restou expirada a etapa questionada pelo demandante e também já foram concluídas as etapas subseqüentes, estando, inclusive, o curso de formação encaminhando-se para sua regular conclusão".

Não logra sucesso a preliminar.

Com efeito, o interesse de agir é composto pelo binômio necessidade/adequação. A necessidade significa a indispensabilidade do ingresso em juízo para a obtenção do bem da vida pretendido. Já a adequação consiste na relação de pertinência entre a situação material que se pretende conseguir e o meio processual utilizado para tanto.

Na espécie, a necessidade verifica-se pela suposta lesão a direito líquido e certo da impetrante respeitante ao cumprimento do que estabelecido no edital, não tendo sobrado a ela outra alternativa a não ser recorrer à via judicial.

Voto para rejeitar a preliminar.

É como voto.

Recife, 19 de fevereiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

Da inadequação da via eleita, por ausência de prova pré-constituída

Defende-se, mais, que a ação deve ser extinta sem exame do mérito, ante a necessidade de dilação probatória.

Essa questão, todavia, confunde-se com o próprio mérito desta ação.

Não falta a prova pré-constituída, pressuposto específico de admissibilidade do mandado de segurança.

Voto pelo não acolhimento da preliminar.

É como voto.

Recife,

13 de janeiro de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

28
R
205

Do mérito

No mérito, a questão discutida resume-se em saber se houve ou não descumprimento às regras do Edital n. 1 – SAD, de 19-12-08, juntado às fls. 21/45 dos autos apensos, quer dizer, se existiu ou não afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da publicidade.

Em suas disposições preliminares, o mencionado Edital dispõe que *"O concurso público visa ao provimento das vagas, descritas no item 4 deste Edital, e realizar-se-á em duas etapas, tendo a primeira caráter eliminatório e classificatório, e a segunda, constando de programa de formação, com caráter eliminatório, que habilitará ou não candidatos para efeito de nomeação"*.

De minha parte, entendo que a autoridade coatora não observou o Edital, haja vista que a convocação da impetrante para a efetivação da matrícula na segunda etapa do concurso, ou seja, no programa de formação, deveria ter sido publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e, também, no sítio eletrônico da FGV. E, ao que consta, essa última providência não foi adotada. No item 16.6 do Edital em apreço está assim escrito: *"O Edital de convocação, a ser publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e disponibilizado no endereço <http://concurso.fgv.br/sadpe>, estabelecerá o prazo para matrícula e obedecerá ao interesse e conveniência da Administração, que fixará prioridades para o desenvolvimento da Etapa."*

Ora, como se sabe, considerada a facilidade de acompanhamento das informações por meio da Internet, e esse foi, sem dúvida, o principal escopo da regra do Edital em destaque, não tendo a disposição sido observada em sua completude, à qual a Administração estava vinculada, gerou prejuízo à impetrante, que não tomou conhecimento da convocação para a matrícula.

Trago à baila, sobre o assunto, o ensinamento de Hely Lopes Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 441-442):

"Os concursos não têm forma ou procedimento estabelecido na Constituição, mas é de toda conveniência que sejam precedidos de uma regulamentação legal ou administrativa, amplamente divulgada, para que os candidatos se inteirem de suas bases e matérias exigidas. Suas normas, desde que conformes com a CF e com a lei, obrigam tanto os candidatos quanto a Administração. Como atos administrativos, devem ser realizados através de bancas ou comissões examinadoras, regularmente constituídas com elementos capazes e idôneos dos quadros do funcionalismo ou não, e com recurso para órgãos superiores, visto que o regime democrático é contrário a decisões únicas, soberanas e irrecorríveis. De qualquer forma, caberá sempre reapreciação judicial do resultado dos concursos, limitada ao aspecto da legalidade da constituição das bancas ou comissões examinadoras, dos critérios adotados para julgamento e classificação dos candidatos. Isso porque nenhuma lesão ou ameaça a direito individual poderá ser excluída do Poder Judiciário (CF, art. 5º, XXXV)".

Forçoso é concluir que a impetrante não fez sua matrícula no programa de formação porque dele não tomou conhecimento, não havendo falar em falta de diligência de sua parte. A convocação para a matrícula - repita-se - deveria ter sido efetivada tanto pelo Diário Oficial do Estado quanto pela Internet, e só o foi por aquele meio, restando descumprida uma das condições do Edital.

Registro, por fim, que há notícia nos autos de que a impetrante, submetida à prova de conhecimento relativa à 2ª etapa do concurso por força da decisão aqui recorrida, logrou aprovação, obtendo média 8,50.

Ante o exposto, voto para desprover o agravo regimental.

É como voto.

Recife,

13 de Janeiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator